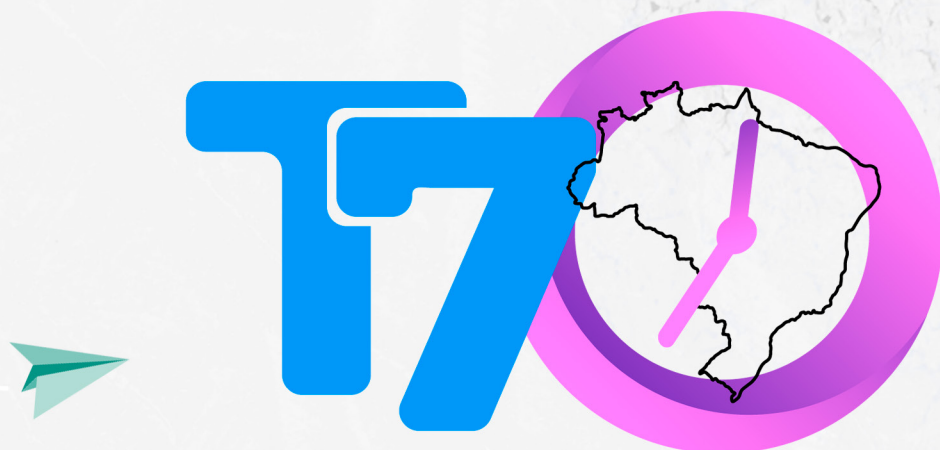




O DESPERTAR DA APROVAÇÃO!



01. Em determinada pré-escola, a equipe pedagógica decidiu organizar o currículo a partir de atividades que articulassem as experiências trazidas pelas crianças de suas famílias e comunidades aos conhecimentos científicos, artísticos, ambientais e culturais. Tal organização está de acordo com as DCNEI, que concebem o currículo da Educação Infantil como conjunto de práticas articuladoras dos saberes e experiências infantis com o patrimônio cultural mais amplo.

02. Segundo as DCNEI, embora a criança deva ocupar posição relevante na organização das práticas pedagógicas, o centro do planejamento curricular deve ser constituído pelos conhecimentos historicamente acumulados, uma vez que cabe ao professor transmiti-los progressivamente para preparar a criança para o Ensino Fundamental.

03. Em uma creche, a direção determinou que momentos destinados à alimentação, higiene e descanso fossem conduzidos exclusivamente por profissionais de apoio, enquanto os professores deveriam concentrar sua atuação nas atividades consideradas pedagógicas. Essa organização encontra respaldo nas DCNEI, que distinguem as ações educativas das atividades destinadas ao cuidado das crianças.

04. Ao organizar uma sequência de experiências para crianças de quatro anos, uma professora privilegia brincadeiras coletivas, situações de faz de conta e atividades nas quais as crianças interagem entre si e com adultos. A proposta encontra fundamento tanto nas DCNEI quanto na BNCC, pois interações e brincadeira

constituem eixos estruturantes das práticas pedagógicas da Educação Infantil.

05. A BNCC amplia os eixos estabelecidos pelas DCNEI e determina quatro eixos estruturantes para a Educação Infantil: interações, brincadeira, participação e exploração, sendo os dois últimos incorporados com a finalidade de conferir maior protagonismo às crianças nas práticas pedagógicas.

06. Uma professora permite que as crianças decidam, juntamente com os adultos, determinados materiais que serão utilizados em uma atividade e participem da organização do espaço em que ela ocorrerá. Essa prática pode concretizar o direito de participar previsto na BNCC, pois a participação infantil alcança tanto o planejamento da gestão da escola quanto a realização das atividades da vida cotidiana.

07. A BNCC estabelece sete direitos de aprendizagem e desenvolvimento para a Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, comunicar, expressar e conhecer-se, os quais devem orientar a organização das experiências nos cinco campos previstos para essa etapa.

08. Os campos de experiências previstos na BNCC correspondem a uma organização disciplinar adaptada à Educação Infantil; desse modo, “Escuta, fala, pensamento e imagina-

ção” corresponde essencialmente à Língua Portuguesa, enquanto “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” constitui a Matemática dessa etapa.

09. Na organização da Educação Infantil proposta pela BNCC, os cinco campos de experiências são: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

10. Ao distribuir os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento por faixa etária, a BNCC estabelece limites rígidos de desenvolvimento, razão pela qual um objetivo destinado às crianças bem pequenas somente deve ser trabalhado depois que a criança completar um ano e sete meses, ainda que anteriormente demonstre condições de realizá-lo.

11. Para fins de organização dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC denomina bebês as crianças de zero a um ano e seis meses; crianças bem pequenas, aquelas de um ano e sete meses a três anos e onze meses; e crianças pequenas, aquelas de quatro anos a cinco anos e onze meses.

12. No código EI02TS01, utilizado pela BNCC, EI identifica a etapa da Educação Infantil; 02 indica o segundo objetivo de aprendizagem previsto para o grupo; TS corresponde ao campo “Traços, sons, cores e formas”; e 01 identifica a faixa etária das crianças bem pequenas.

13. Considerando que os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC possuem numeração sequencial, é correto afirmar que o objetivo identificado pelo número 01 deve necessariamente ser alcançado antes do objetivo 02, pois a sequência dos códigos expressa a progressão pedagógica esperada para cada campo de experiências.

14. Uma professora registra periodicamente, por meio de fotografias, desenhos, portfólios e relatórios, as experiências vivenciadas pelas crianças. Posteriormente, utiliza esses registros para analisar suas práticas e reorganizar espaços, tempos e situações pedagógicas. Tal procedimento é compatível com a concepção de avaliação presente nas DCNEI e na BNCC.

15. Embora as DCNEI vedem a classificação das crianças mediante notas ou conceitos, admitem excepcionalmente a retenção na pré-escola quando os registros avaliativos demonstrarem que a criança ainda não desenvolveu aprendizagens consideradas indispensáveis para o ingresso no Ensino Fundamental.

16. Na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, a BNCC recomenda que relatórios, portfólios e outros registros produzidos durante a trajetória das crianças possam subsidiar o conhecimento de seu percurso, favorecendo continuidade e integração entre as etapas, sem transformar as aprendizagens esperadas em requisitos de acesso ao Ensino Fundamental.

17. A fim de assegurar continuidade entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, as DCNEI determinam que, no último ano da pré-escola, sejam progressivamente introduzidos os conteúdos previstos para o primeiro ano, especialmente alfabetização e matemática, evitando ruptura entre as duas etapas.

18. Uma instituição decidiu utilizar uma avaliação de prontidão ao final da pré-escola e estabelecer que somente as crianças que atingissem a síntese das aprendizagens prevista pela BNCC poderiam ingressar no primeiro ano do Ensino Fundamental. Essa decisão contraria a BNCC, pois tal síntese possui caráter indicativo e não constitui pré-requisito para o acesso à etapa seguinte.

19. De acordo com as DCNEI, a Educação Infantil em tempo parcial corresponde à jornada de até quatro horas diárias, enquanto a jornada integral deve ultrapassar sete horas diárias; consequentemente, uma instituição que ofereça exatamente sete horas de atendimento diário ainda será classificada como de tempo parcial.

20. As DCNEI estabelecem que as propostas pedagógicas devem privilegiar interações entre crianças da mesma faixa etária, uma vez que a convivência sistemática entre crianças de idades distintas pode comprometer a adequação das experiências às especificidades de seu desenvolvimento.

FUNDATEC - 2026 - Prefeitura de Candelária - RS - Professor Anos Finais - Artes - Adaptada

Acerca da Política Nacional de Educação Digital (PNED), julgue o item a seguir.

21. A PNED atua como instância de articulação entre programas, projetos e ações relacionados à educação escolar digital, à capacitação profissional e à infraestrutura digital e conectividade, sem substituir as políticas nacionais, estaduais, distritais ou municipais relacionadas a essas finalidades.

FUNDATEC - 2026 - Prefeitura de Candelária - RS - Professor Anos Finais - Artes - Adaptada
Acerca da Política Nacional de Educação Digital (PNED), julgue o item a seguir.

22. Ao estabelecer diretrizes nacionais para a educação digital, a PNED transfere à União a competência exclusiva para formular políticas sobre o tema, cabendo aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios executar as ações federais de modo padronizado.

FUNDATEC - 2026 - Prefeitura de Morro Reuter - RS - Professor Anos Iniciais - Adaptada
Acerca da Política Nacional de Educação Digital, julgue o item a seguir.

23. O eixo Educação Digital Escolar tem por objetivo garantir a inserção da educação digital nos ambientes escolares, mediante o estímulo ao letramento digital e informacional e à aprendizagem de competências digitais.

COMVEST UFAM - 2026 - UFAM - Técnico em Assuntos Educacionais - Adaptada
Acerca dos componentes do eixo Educação

Digital Escolar da Política Nacional de Educação Digital, julgue o item a seguir.

24. No âmbito da PNED, os direitos digitais abrangem a conscientização sobre os direitos relativos ao uso e ao tratamento de dados pessoais, a promoção da conectividade segura e a proteção dos dados da população mais vulnerável, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Acerca da estrutura da Política Nacional de Educação Digital, julgue o item a seguir.

25. Embora os eixos da PNED se articulem na promoção da educação digital, a lei os organiza como dimensões estruturantes distintas, entre as quais figuram a Inclusão Digital, a Educação Digital Escolar, a Capacitação e Especialização Digital e a Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação.

COMVEST UFAM - 2026 - UFAM - Técnico em Assuntos Educacionais - Adaptada

Acerca da abrangência e da estrutura da Política Nacional de Educação Digital, julgue o item a seguir.

26. A PNED é constituída pelos eixos Inclusão Digital; Educação Digital Escolar; Capacitação e Especialização Digital; e Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação, os quais orientam a articulação de programas, projetos e ações relacionados à educação digital.

COMVEST UFAM - 2026 - UFAM - Técnico em Assuntos Educacionais - Adaptada
Acerca das finalidades da Política Nacional

de Educação Digital, julgue o item a seguir.

27. A PNED destina-se prioritariamente à Educação Básica, uma vez que as ações referentes à educação digital na educação superior integram políticas próprias e não compõem o escopo da Política.

Avança SP - 2026 - Prefeitura de Potim - SP - Professor de Educação Básica I de Ensino Especial - Edital nº 1 - Adaptada

Acerca da cultura digital no âmbito da Política Nacional de Educação Digital, julgue o item a seguir.

28. A promoção da cultura digital pressupõe aprendizagens voltadas à participação consciente e democrática por meio das tecnologias digitais, incluindo a compreensão dos impactos da revolução digital, bem como a construção de postura crítica, ética e responsável diante das múltiplas ofertas midiáticas e digitais.

FUNDATEC - 2026 - Prefeitura de Agudo - RS - Professor de Anos Iniciais - Adaptada

Acerca do eixo Inclusão Digital da Política Nacional de Educação Digital, julgue o item a seguir.

29. A implementação da PNED na Educação Básica busca priorizar a oferta de cursos de manutenção de equipamentos tecnológicos aos estudantes do ensino médio, como estratégia para ampliar o acesso à educação digital.

Acerca da atuação do orientador educacional na implementação da Política Nacional de Educação Digital, julgue o item a seguir.

30. Compete ao orientador educacional colaborar com práticas de formação e acompanhamento pedagógico que integrem as dimensões ética, tecnológica e social do uso

das mídias digitais, favorecendo uma cultura digital crítica e inclusiva na comunidade escolar.

Acerca do acompanhamento das ações de educação digital no contexto escolar, julgue o item a seguir.

31. Para garantir a sustentabilidade da PNED, o orientador educacional deve concentrar sua atuação no controle das condutas on-line dos estudantes e no monitoramento dos indicadores de conectividade, pois as práticas pedagógicas de uso das tecnologias constituem atribuição exclusiva dos docentes.

UECE-CEV - 2025 - Prefeitura de Tauá - CE - Professor de Educação Básica Nível II - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Adaptada

Acerca da cultura digital no eixo Educação Digital Escolar da PNED, julgue o item a seguir.

32. A cultura digital prevê a conscientização acerca dos direitos relativos ao uso e ao tratamento de dados pessoais, a promoção da conectividade segura e a proteção dos dados de crianças e adolescentes.

UECE-CEV - 2025 - Prefeitura de Tauá - CE - Professor de Educação Básica Nível II - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Adaptada

Acerca dos componentes da Política Nacional de Educação Digital, julgue o item a seguir.

33. A cultura digital engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços destinados a promover a funcionalidade e a aprendizagem de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Acerca do pensamento computacional no âmbito da Política Nacional de Educação Digital, julgue o item a seguir.

34. O pensamento computacional envolve o desenvolvimento de habilidades para compreender, analisar, definir e modelar problemas e suas soluções, mediante a criação e a adaptação de algoritmos.

Acerca das estratégias prioritárias do eixo Educação Digital Escolar da Política Nacional de Educação Digital, julgue o item a seguir.

35. A PNED prevê a promoção de ferramentas de autodiagnóstico de competências digitais destinadas aos profissionais da educação e aos estudantes da educação básica, bem como a formação inicial de professores da educação básica e da educação superior em competências digitais vinculadas à cidadania digital e à capacidade de uso de tecnologia, independentemente da área de formação.

Acerca das estratégias prioritárias do eixo Inclusão Digital da Política Nacional de Educação Digital, julgue o item a seguir.

36. A promoção de competências digitais e informacionais inclui ações destinadas a sensibilizar os cidadãos brasileiros quanto à importância das competências digitais, midiáticas e informacionais, bem como o treinamento dessas competências, com a inclusão dos grupos de cidadãos mais vulneráveis.

Acerca da infraestrutura de conectividade prevista no eixo Inclusão Digital da PNED, julgue o item a seguir.

37. A implantação de infraestrutura de conectividade para fins educacionais compreende a disponibilização de acesso à internet em unidades escolares, sem alcançar o fornecimento de equipamentos adequados, a produção de conteúdos educacionais digitais ou a política de dados para professores e estudantes.

Acerca das estratégias prioritárias do eixo Educação Digital Escolar da Política Nacional de Educação Digital, julgue o item a seguir.

38. Entre as estratégias do eixo Educação Digital Escolar, incluem-se o desenvolvimento de competências dos estudantes da educação básica para atuação responsável na sociedade conectada e nos ambientes digitais, em consonância com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular.

Acerca da formação de professores no âmbito da Política Nacional de Educação Digital, julgue o item a seguir.

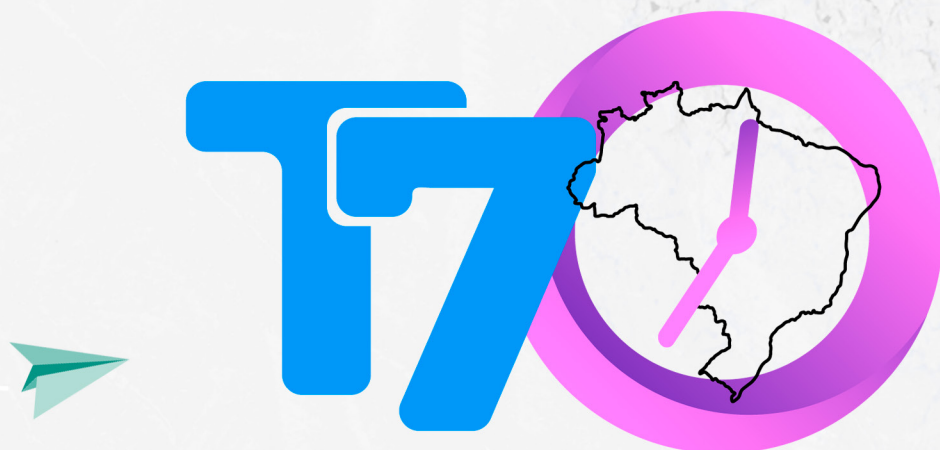
39. A formação inicial em competências digitais vinculadas à cidadania digital e ao uso de tecnologias deve ser promovida para professores da educação básica, enquanto a formação dos docentes da educação superior depende de sua área específica de atuação.

Acerca do eixo Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação da Política Nacional de Educação Digital, julgue o item a seguir.

40. Constitui estratégia prioritária desse eixo o incentivo à geração, à organização e ao com-

partilhamento de conhecimento científico de forma livre, colaborativa, transparente e sustentável, em consonância com o conceito de ciência aberta.





O DESPERTAR DA APROVAÇÃO!

